



## **Apontamentos sobre o Ensino de Sociologia e Feminismo Negro: interseccionalidade e interpretação da sociedade brasileira**

### **Notes on Teaching Sociology and Black Feminism: intersectionality and interpretation of Brazilian society**

#### **Resumo**

Este artigo consiste em refletir sobre os efeitos da interseccionalidade sobre as mulheres negras o que ocasiona falta de inserção no mercado formal, desemprego, altas taxas de mortalidade, e até mesmo as altas taxas de feminicídio. Percebe-se como a mulher negra é atingida pelos fenômenos interseccionais, e como a educação é o lugar de transformações desses fenômenos, pois é um espaço de reaprendizado e construção de novos códigos das relações raciais e de gênero. Neste sentido, este artigo discute sobre a importância desta temática no Ensino Médio e como o Ensino de Sociologia possui profundo arsenal teórico e reflexivo, através de intelectuais como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e teóricos do Ensino de Sociologia como Marcelo Cigales e Cristiano Bodart.

***Máira Honorato Marques  
de Santana*** Doutoranda em  
Sociologia pela Universidade de  
Brasília (UnB).  
[mairahms@yahoo.com.br](mailto:mairahms@yahoo.com.br)

**Palavras-chaves:** Neurose Cultural Brasileira. Imagens de Controle. Sociologia no Ensino Médio. Lélia Gonzalez.

#### **Abstract**

This article consists of reflecting on the effects of intersectionality on black women, causing a lack of integration into the formal market, unemployment, high mortality rates, and even high rates of femicide. It is clear how black women are affected by intersectional phenomena, and how education is the place for transformations of these phenomena, as it is a space for relearning and building new codes of racial and gender relations. In this sense, this article discusses the importance of this theme in High School and how the Teaching of Sociology has a deep theoretical and reflective arsenal, through theorists such as Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Marcelo Cigales and Cristiano Bodart.

**Keywords:** **Keywords:** Brazilian Cultural Neurosis. Images of Control. Sociology in High School. Lélia Gonzalez.

## Introdução

Falar sobre o Feminismo Negro representa um misto de amadurecimento e desafio, o qual faz-se importante, inicialmente, por situar os degraus da reflexão teórica. Tema pensado por Ângela Davis, em *Mulheres, Raça e Classe* (2016), destaca a importância de compreender o contexto das mulheres negras americanas no período da escravidão. A autora retrata a vivência destas mulheres em relação aos homens negros, com a percepção de que a experiência das mulheres negras na escravidão revelava uma característica feminina mais desumana, pois as mulheres negras além de terem a mesma carga de trabalho que os homens negros, eram vítimas dos constantes abusos sexuais de homens brancos, e demais violências no âmbito da construção de sua afetividade. Nas relações sociais presentes no período escravocrata vividas pelas mulheres negras, houve um componente cruel, a constante violação de seus corpos, além disso, a impossibilidade de vivenciar a maternidade, pois era constante separação delas e de seus filhos (Davis, 2016).

As mulheres brancas que se uniam ao movimento abolicionista ficavam particularmente indignadas com os abusos sexuais sofridos pelas mulheres negras. Militantes das associações femininas antiescravagistas sempre contavam histórias dos estupros brutais sofridos pelas escravas quando exortavam as mulheres brancas a defender suas irmãs negras. Embora tenham colaborado de forma inestimável para a campanha antiescravagista, as mulheres brancas quase nunca conseguiam compreender a complexidade da situação da mulher escrava. As mulheres negras eram mulheres de fato, mas suas vivências durante a escravidão – trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas (Davis, 2016, p.40).

Neste complexo sistema da escravidão fez com que Ângela Davis entendesse e retratasse um fenômeno difícil e dinâmico. A interseccionalidade<sup>1</sup> veio do estudo acerca das mulheres negras após o período da escravidão nos Estados Unidos, no qual a junção de elementos relativos à condição de mulheres e negras desembocava em acúmulo de funções, estigmas e violências até os dias atuais. O acúmulo de violências por ser mulher e negra, impulsiona para uma profunda vulnerabilidade vivida por elas (Davis, 2016).

Percebe-se que esta violência e desigualdade de oportunidades é fruto de fenômenos interseccionais, o que o denota a constante desumanização no tratamento dado às mesmas. As mulheres negras foram as primeiras mulheres que executaram o trabalho fora de casa, entretanto, mesmo executando trabalhos laborais extenuantes, acumulando várias jornadas de trabalho, e mesmo sendo a parcela da sociedade que mais trabalha, são as que recebem menos (Davis, 2016)

---

<sup>1</sup> Karla Akotirene destaca que Kimberley Crenshaw, pontua que “A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.” (Akotirene, 2019, p. 14).  
Apontamentos sobre o Ensino de Sociologia e o Feminismo Negro | Máira Honorato M. de Santana

Contudo, procura-se neste trabalho descrever como os efeitos da interseccionalidade afetaram as mulheres negras no Brasil, e destacar como a educação é o lugar de reverter este fenômeno. De antemão infere-se que os efeitos que ocasionaram a falta de escolarização e pobreza, aliados ao sexismo vivenciado podem ser revertidos a longo prazo pelo processo educacional. E ainda como a disciplina de Ensino de Sociologia pode ser uma disciplina central para o debate dessas questões no Ensino Médio, pois a mesma tem ampla reflexão sobre as relações raciais no Brasil. Esse acúmulo e arcabouço teórico na Sociologia que dialoga com questões candentes para as relações raciais formam a base das questões teóricas para o Ensino das Ciências Sociais. Portanto, os efeitos interseccionais têm amplo lastro teórico para serem debatidos na disciplina de Sociologia, bem como, os instrumentos analíticos para lidar com estes fenômenos.

No Brasil, um dos primeiros pilares do Feminismo Negro foi pensando por Lélia Gonzalez, a autora descreve uma leitura mais apurada acerca das dimensões e os efeitos da escravidão para a mulher negra e segue um caminho diferente das teóricas negras estadunidenses.-Não somente observa os dilemas das mulheres negras no que tange a presença delas nas lavouras, mas também passa a destacar a importância delas dentro da Casa Grande. Sendo importante frisar que neste sentido, percebe-se que as mulheres negras estiveram em um lugar de produção de afeto e construção de memória entre as pessoas brancas, na medida em que elas cantavam canções de ninar, ensinavam cantigas, cozinhavam e alimentavam as famílias brancas (Gonzalez, 2020).

Assim, conforme já descrito, destaca-se que as mulheres negras construíram um imaginário, que foi visto de forma subalterna para a construção da sociedade brasileira, mas a partir de uma perspectiva sociológica (Gonzalez, 2020), este lugar torna-se central para compreender a construção da afetividade entre brancos e negros. O corpo da mulher negra historicamente também foi reificado, e no cotidiano ele é estigmatizado e subalternizado na sociedade competitiva capitalista. Sendo este corpo reificado e consagrado no carnaval, não sendo humanizado, é um retrato histórico das violências sofridas pelas mulheres negras (Gonzalez, 2020). Desta forma faz-se importante, primeiramente, compreender questões centrais da teoria racial no Brasil e no mundo.

## **2 Uma breve digressão do racismo no Brasil e no mundo.**

Ao observar o campo de estudos das relações raciais, muitas são as abordagens que permeiam a história da relação entre negros e brancos no mundo e que perpassa várias nuances e contradições, relacionando-se aos aspectos mais profundos de nossa sociedade que dizem respeito à identidade, cultura e pertencimento. O racismo, em seu conceito inicial, atualmente é definido como “[...] um conjunto humano definido pelos atributos naturais, eles próprios associados às características intelectuais e morais que valem para cada indivíduo dependente

desse conjunto e, a partir disso, pôr eventualmente práticas de interiorização e exclusão” (Wieviorka, 2007, p. 09).

O racismo para Louis Dummont (1993) tem profundas origens no pensamento das civilizações ocidentais, e caracteriza-se como uma forma de pensar inerente à dinâmica dos grupos, estando relacionado esse traço ao modelo de sociedade hierárquica.

Racismo responde sob uma forma nova função antiga. Tudo se passa como se ele representasse em uma forma de sociedade igualitária uma ressurgência daquilo que se exprimiria de maneira diferente, mas diretamente, na sociedade mais hierárquica [...] Suprimi os modelos antigos de distinção, e tereis a ideologia racista (Louis, 1993 apud Wieviorka, 2007, p. 17).

Entretanto, o racismo não é um fenômeno característico das sociedades tradicionais onde as representações do todo, dos grupos e dos valores, são maiores do que as da parte, o indivíduo. Ele nasce e toma corpo a partir da modernidade, e aprofunda-se no individualismo do sistema democrático. Diversas abordagens que buscam explicação nos aspectos mais estruturais da formação de nossa sociedade, percebem o racismo inerente à história da formação da cultura ocidental, definindo-se através da estranheza entre as diferenças dos grupos. A autora Giralda Seyferth (2002) destaca que a cultura grega para distinguir o outro, chamava-o de bárbaro, com o intuito de designar os povos ao redor do seu território como intrusos ou estrangeiros “as noções de raça, etnia, e nação tem sido usadas de maneiras diversas para classificar, ordenar hierarquicamente grupos e indivíduos socialmente desqualificados” (Seyferth, 2002, p. 17). A noção de bárbaro foi modificando-se ao longo dos tempos e ganhando força na medida em que atravessou várias culturas. No latim medieval esse conceito foi transformando-se e ‘raça’ passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoas que têm um ancestral comum e que possui algumas características físicas em comum (Seyferth, 2002).

As minorias, quaisquer sejam seus elementos de identificação (raça, cultura, religião etc.) ou de formação (migração, escravidão, colonialismo, alterações de fronteiras), perturbam a ordem natural imaginada para o estado nação, conforme assinalou Arendt (Seyferth, 2002, p. 17).

Essa unicidade entre povo, estado e nação nunca aconteceu, nem nos países da Europa e até hoje é motivo de conflitos no mundo, e as instituições modernas atuaram fortemente na procura da legitimação das raças, e dos problemas que as diferentes etnias provocavam para a identidade nacional na Europa no século XIX. Em meio à crise gerada pelo novo contexto histórico, político e social europeu, as diferenças étnicas não se concentraram somente nesse local. No Brasil essas discussões tiveram grandes representantes intelectuais, que na busca e legitimação da nascente nação procuravam igualar-se às sociedades europeias. Essas teorias e abordagens históricas e sociológicas na formação das ‘raças’ também criaram no país as noções de ‘pureza’, embranquecimento, e a própria discussão sobre a identidade nacional, influenciando de forma definitiva o imaginário sobre raça no país (Giralda, 2002).

Pode-se dizer que a chamada ‘incongruência’ entre povo, estado e nação, constitui o cerne do núcleo da formação da sociedade brasileira. Esta ‘incongruência’ é presente nos dias de hoje em várias esferas da vida social e política e vem se aprofundando e complexificando na medida em que as condições de igualdade civil são estendidas à maioria da população. Em meio à efervescência política que gerou o debate sobre a abolição, várias teorias começaram a surgir na época que viessem a explicar e ‘unificar’ as várias arestas na relação entre brancos e negros no Brasil. As questões situavam-se a partir da nova ordem, social e política, e como as relações entre brancos e negros iriam colocar-se no novo cenário nacional, e a importância da imagem do país frente ao cenário internacional para o Brasil (Schwarcz, 1993).

Este era um período no qual a abolição da escravidão não constituía o único capítulo na história dos negros no final do século XIX, momento que pode ser apontado como de fundamental importância na concepção do negro no imaginário social brasileiro. Era também o de plena busca por uma identidade para o Brasil que mobilizava a classe dominante e os intelectuais das diversas áreas, todos querendo encontrar a forma mais moderna de se definir o perfil do país (Schwarcz, 1993). Certamente, tais reflexões não podiam se realizar sem que houvesse grande preocupação com a questão racial e a mestiçagem. Considerando que aquele era um momento em que a presença do negro deixava de ser fundamental, com o fim do trabalho escravo e a não absorção deste como mão de obra assalariada. Ao mesmo tempo em que a mestiçagem aparece como grande ameaça para aqueles que queriam forjar a identidade do Brasil e de seu povo (Schwarcz, 1993)

Como fato no contexto das discussões europeias acerca do ideal de miscigenação e raça pura essas ideias chegavam tardiamente ao Brasil e o debate se mostrava descontextualizado, e sem crivo crítico por parte de quem as disseminava. Inicialmente essas concepções tiveram como voz os escritos do autor Raymundo Nina Rodrigues (1945), os quais coadunavam com as ideias que levavam à ligação da relação entre raça e desenvolvimento social, embora com algumas discrepâncias, escreviam sobre os resultados científicos acerca dos prejuízos biológicos do nascimento do ‘mulato’:

O critério científico da inferioridade da Raça Negra nada tem de comum com a revoltante exploração que dele fizeram os interesses escravistas dos norte-americanos. Para a ciência não é esta inferioridade mais do que um fenômeno de ordem perfeitamente natural, produto da marcha desigual do desenvolvimento filogenético da humanidade nas suas diversas divisões ou secções (...) A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo (Rodrigues, 1901, p. 45).

Observa-se que de uma forma ou de outra: “todos os ensaístas brasileiros da época [...] aderiram ao conceito das raças superiores e inferiores” (Munanga, 1999, p. 52). Posteriormente, o ideal do embranquecimento renasce sob a influência do paradigma da antropologia cultural da

Apontamentos sobre o Ensino de Sociologia e o Feminismo Negro | Máira Honorato M. de Santana

Escola de Chicago, em 1930, com o livro *Casa-Grande e Senzala*, tentativa do antropólogo Gilberto Freyre (1973) de desfazer as concepções ‘racistas’, argumentando que a mistura e o sincretismo cultural trouxeram inúmeros benefícios à cultura do país e também expressam a harmonia entre a Casa Grande e a Senzala.

Em um trecho famoso do livro ‘*Casa-Grande e Senzala*’ de Gilberto Freyre (1973) escreve:

A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: amolegou-as, machucou-as, tirou-lhes a espinha, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no norte do Brasil, principalmente, é uma das falas mais doces deste mundo. [...] Amolecimento que se deu em grande parte pela ação da ama negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco (Freyre, 1973, p. 387).

Sendo que grande parte dessa Sociologia crítica surgiu com os estudos científicos da Escola de São Paulo da Universidade de São Paulo (USP), onde Florestan Fernandes (1965) destaca-se por liderar junto ao professor Roger Bastide a primeira pesquisa na cidade de São Paulo que visou retratar várias nuances das relações raciais. É quando surge propriamente o desmascaramento das concepções freyrianas e as críticas mais contundentes ao chamado *Mito da Democracia Racial*. Essas observações surgiram a partir de dados que na época demonstravam um profundo fosso entre negros e brancos na cidade de São Paulo. Essas teorias procuraram refutar a concepção da democracia racial no país, alicerçando essas sobre aspectos que se relacionam tanto na história dos negros no país quanto nos aspectos sociológicos que compõem as relações sociais desses. Florestan Fernandes (1965) destaca a íntima relação entre as circunstâncias observadas desde o período colonial, que tem como efeito o déficit na vida social do negro deixado pela escravidão, até os mecanismos de controle para a manutenção do *status quo* (Florestan, 1965).

Tal déficit estudado por Florestan Fernandes (1965) relaciona-se às barreiras sociais encontradas pelos negros de São Paulo. Impedimentos estes encontrados no acesso às universidades, nas condições de luta por melhores empregos, no acesso às escolas, no acesso à moradia, tanto relacionado às condições deixadas pela escravidão, mas principalmente observadas pela discriminação existente nos mecanismos informais na democracia. O autor estuda, a partir das influências de fontes da antropologia social, os aspectos da difícil inserção do negro na sociedade no processo de modernização social do país, e conclui que essa difícil admissão na sociedade resulta, além da pauperização do negro, também em mecanismos sutis de controle social. Uns dos aspectos mais fortes destacados por Florestan Fernandes (1965) encontra-se nos efeitos que o *Mito da Democracia Racial* trouxera para os negros na relação competitiva com os brancos.

Portanto, a cordialidade para com o “negro” não traduzia ausência pura e simples de distância social e de intolerância racial. Mas, algo deveras mais complicado: a vigência de uma etiqueta de relações raciais que regulava, de forma extensiva e firme, as atitudes e os comportamentos apropriados a cada circunstância(...) Ao mesmo tempo, essa etiqueta proibia ou prescrevia o recurso sistemático da violência, identificado como indecorosas as ações que pressupunham perda de autodomínio no trato com pessoas de situação “inferior”. Se o negro deixasse de corresponder, de moto próprio, às expectativas convencionais, impunha-se dar uma lição, servindo seu almoço na cozinha ou negando-se, abertamente, aquiescência às suas pretensões (Fernandes, 1965, p. 227).

A transição do trabalho escravo para o trabalho livre ocupa papel de destaque no amplo cenário discutido por Florestan Fernandes (1965). Com o fim da escravidão o elemento negro perde a sua posição no sistema econômico de São Paulo e, o que é mais dramático, é reabsorvido muito lentamente pelo novo sistema de trabalho a partir das ocupações mal remuneradas devido à “herança negativa deixada pela escravidão: a escravidão degradara a tal ponto o seu agente humano de trabalho, que tornara a sua recuperação econômica extremamente penosa, difícil e demorada” (Fernandes, 1965, p. 13).

Mesmo após a abolição, as mulheres negras ainda vivenciam a rotina do trabalho doméstico, e a anomia social provocada com a falta de estrutura no primeiro quartel do século XX. Os negros encontravam empregos informais com o advento da urbanização, e o racismo estrutural que dificultava mais ainda o acesso das mulheres negras nas escolas, nas universidades e a todo e qualquer espaço socialmente valorizado. Soma-se a isso a legislação antiquada, a qual tipificava muito dos efeitos da pauperização social dos negros como delitos, por exemplo, a vadiagem, e entre outros efeitos. Isto legou ao negro um encarceramento em massa. Os efeitos adversos e perversos do desmantelamento da ordem escravocrata sem uma política estatal tornam urgente a esta mulher negra uma segunda abolição, a qual tem relação com todo o estigma simbólico vivenciado por elas, mulheres racializadas no Brasil (Fernandes, 1965).

### **3 O Ensino de Sociologia e a Interseccionalidade**

Apesar da Sociologia ser estigmatizada durante vários momentos da história do Brasil percebe-se que a mesma traz instrumentos que refletem sobre a metodologia para alcançar a população mais afastada do sistema escolar. O Ensino de Sociologia tem um papel central, pois além de contribuir com a aprendizagem de conteúdos que enfrentam aspectos cruciais para a promoção da igualdade social no Brasil, tais como o racismo, sexismo e efeitos da pauperização para o aprendizado dos alunos, também elabora proposições que vislumbram mitigar esses efeitos (Bodart, 2020).

Pode-se afirmar que o campo da Sociologia escolar é um campo relativamente recente e que tem relação com processos de democratização e redemocratização no Brasil.

Nesse sentido, é possível perceber que os primeiros textos sobre a história da sociologia no país surgem, mais sistematicamente, a partir da década de 1950, com os trabalhos de Azevedo (1964), Candido (2006, [1956]), Fernandes (1966;

1980), Pinto e Carneiro (1955), e Ianni (1976). Esses textos focam o ensino da disciplina, que começou, oficialmente, via imposição de lei em 1925, com a reforma dos ministros João Luiz Alves e Rocha Vaz. Posteriormente, houve a criação das primeiras universidades, entre 1930 e 1950, o que fez com que a sociologia tomasse um lugar de maior prestígio no interior dos recém-criados programas de pós-graduação, das associações científicas e das revistas acadêmicas (Cigales, 2019).

Faz-se importante observar as diferentes interfaces do Ensino de Sociologia no período de sua constituição. Embora a Sociologia tenha germinado do imbricamento entre a religião e o Estado, na medida em que tornou-se oficialmente laico a Sociologia passou a ser uma disciplina central para se pensar a modernização do país. Contudo, ainda vista por desconfiança por muitos seguimentos conservadores, a mesma é retirada, em várias reformas, inclusive a de Gustavo Capanema. Isto quer dizer que a Sociologia enquanto disciplina sempre esteve na esteira da necessidade de modernização do país, mas também sempre sofreu muita rejeição de setores conservadores (Cigales, 2019). Atualmente a Sociologia continua a enfrentar ataques da extrema direita brasileira, como destacam Bodart e Pieres (2023).

Por sua vez, a partir das premissas de Sueli Carneiro (2005 b), observamos que estudar as mulheres negras, e sua produção acadêmica e intelectual é ir de encontro ao epistemicídio observado nos ambientes acadêmicos, quando percebemos que há um apagamento do pensamento das pessoas negras como produtoras de interpretações e leituras da realidade. Ao compreender este cenário, e estudar teóricas negras faz parte de um contínuo da história em que é preciso atentar para os dilemas e leituras feitas por elas, compartilhando de suas respectivas capacidades de interpretar literariamente o Brasil

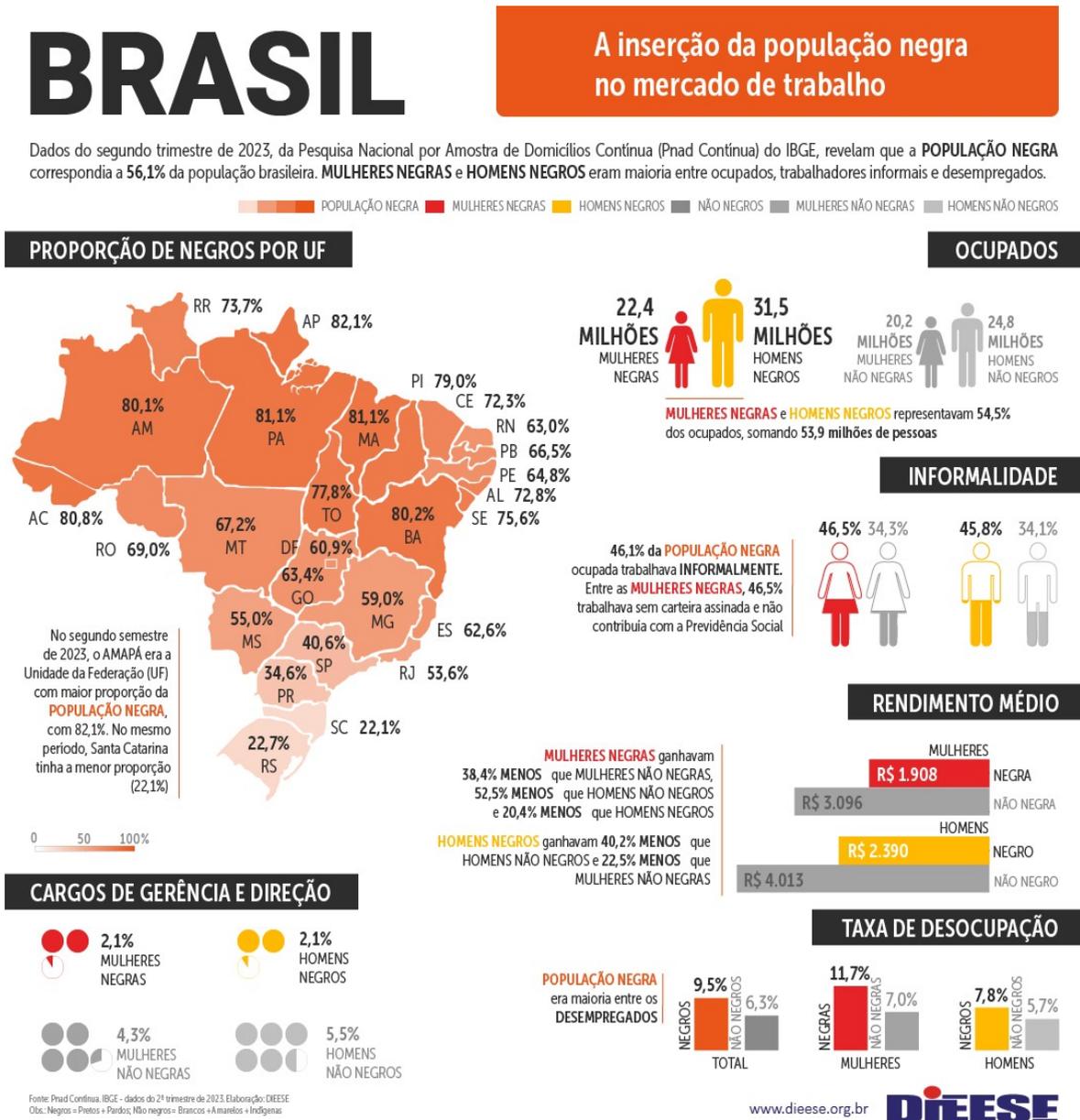
No período que imediatamente se sucedeu à abolição, nos primeiros tempos de “cidadãos iguais perante a lei”, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isso significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares. Antes de ir para o trabalho, havia que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimento para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas das filhas mais velhas no cuidado dos mais novos. Acordar às três ou quatro horas da madrugada para “adiantar os serviços caseiros” e estar às sete ou oito horas na casa da patroa até a noite, após ter servido o jantar e deixado tudo limpo. Atualmente, a situação não é muito diferente. Mas vejamos os dados objetivos que podem nos fornecer elementos para um conhecimento da sua situação como força de trabalho nos últimos anos (Gonzalez, 2020, p 33).

Depreende-se do texto da socióloga que a mulher negra sempre foi o pilar de sustentação da sociedade brasileira, pois seu trabalho sempre esteve associado ao trabalho gratuito e informal. Neste sentido, assim como destaca Florestan na *Integração do Negro na Sociedade de Classes (1965)*, o fenômeno gera um efeito cadeia. Pois percebe-se que somente o racismo existente hoje não apenas advém dos efeitos da escravidão, mas dos mecanismos de *controle social* no âmbito da socialização que faz com que as pessoas negras estejam mais sujeitas ao

trabalho precoce, ao não desenvolvimento da leitura e escrita, bem como a não projeção de ocupação em profissões valorizadas.

Entretanto, não podemos deixar de enfatizar que as crianças negras, seja elas de escola pública ou privada estão mais suscetíveis a instabilidade emocional e financeira. Todos os aspectos que acompanham a baixa oportunidade dois pais, identificados pela taxa de ocupação na imagem abaixo, redonda em moradias mais afastadas, insegurança alimentar e maior probabilidade de exposição à violência urbana.

Figura 1 - Mapa do Racismo no Brasil



Fonte: Dieese (2023).

De acordo com os dados analisados percebe-se que metade da população negra está empregada informalmente, não possui carteira assinada e não contribui para a previdência. A média salarial entre as mulheres negras é de 1.908 reais, enquanto a de mulheres brancas é de Apontamentos sobre o Ensino de Sociologia e o Feminismo Negro | Máira Honorato M. de Santana

3.096. Mulheres negras recebem 38.4% menos que as mulheres brancas, 52.5% que os homens brancos, e 20.4 % que os homens negros. Neste sentido as mulheres negras são a parcela da população que ganha menos no Brasil. A renda média dos homens negros situa-se entre 2.087 e a taxa de desocupação de pessoas negras é de 9.5 % contra 6.3% de pessoas brancas. A taxa de desocupação das mulheres negras é de 11.5%, maior que a dos homens negros e pessoas brancas. Percebe-se que as mulheres negras são as mais afetadas pelos fenômenos interseccionais. Neste sentido, faz-se importante apresentar os dados para que os alunos compreendam a importância da escola e da escolarização, sendo que é uma possibilidade de vislumbrarem um universo melhor, no que tange às oportunidades de trabalho bem como a diminuição destes efeitos sobre as mulheres negras (DIEESE, 2023).

É necessário reafirmar que a esfera escolar é o lugar em que se pode fomentar a importância das mulheres negras como intelectuais, escritoras, pensadoras, combatendo a dificuldade que elas enfrentam ao se colocarem no lugar estudiosas, autoras e cidadãs advindos do processo de interseccionalidade. Incorporar esta perspectiva na educação, e no ensino de Sociologia, é atravessar uma barreira simbólica no qual os impactos do desemprego, da marginalização, do trabalho doméstico, além dos mecanismos sutis de controle, que se mostram através da estigmatização do cabelo crespo, do tom da pele e do fenótipo corporal, dentre outras tantas formas de espoliação.

#### **4 A importância do Feminismo Negro para as estudantes negras: violências interseccionais.**

Lélia Gonzalez (2020) é uma autora que além de refletir acerca de questões fundantes para a sociedade brasileira acerca da inserção do negro na ordem competitiva e no sistema capitalista, realiza uma leitura da realidade em que pela primeira vez ela inclui a mulher negra como integrante na constituição do imaginário social brasileiro. E para realizar tal empreendimento ela o faz à luz da Sociologia, incluindo a dimensão do desejo, fundamentalmente com os três estereótipos importantes para a interseccionalidade representados pela ama-de-leite, a mulata e a mucama, esses estereótipos que são também imagens de controle, destaca Lélia Gonzalez (2020). Estes reproduzem uma exploração do trabalho da mulher negra, seja ele afetivo ou não.

Neste sentido as violências interseccionais atingem diretamente o rendimento nos estudos dessas alunas. Alguns dados do DIEESE (2022) demonstram que como o racismo estrutural atinge sobremaneira a sua permanência nas escolas. E atualmente as dimensões estruturais no que tange a sua vivência e sociedade é afetada por essas questões, neste sentido percebe-se que as imagens de controle no que tange a presença da mulher negra na sociedade alocam a mesma em alguns lugares estruturais.

Embora representem 56,1% da população em idade de trabalhar, os negros ocupavam apenas 33,7% dos cargos de direção e gerência. Ou seja, um em cada 48 trabalhadores negros ocupa função de gerência, enquanto entre os homens não negros, a proporção é de um para 18 trabalhadores. Entre os desocupados, 65,1% eram negros. A taxa de desocupação das mulheres negras é de 11,7% - mesmo percentual de um dos piores momentos enfrentados pelas pessoas não negras, no caso, a pandemia. A taxa de desocupação dos não negros está em 6,3% no 2º trimestre de 2023. Uma em cada seis (16%) mulheres negras ocupadas trabalha como empregada doméstica (DIESE, 2023, p. 2).

Discutir as condições sociais em que a maioria das mulheres negras se encontram pode ser um fator impulsionador de mudança social e política. O Feminismo Negro contém elementos que tange a desconstrução dos estereótipos, e que direcionam às pessoas negras para determinadas ocupações. Refletir sobre as questões sociais que afetam as mulheres negras, tais como moradia, taxas de escolarização, vagas no mercado de trabalho desde cedo pode auxiliar no desenvolvimento cognitivo das mesmas (Davis, 2016).

Entretanto, mesmo observando que as mulheres negras tiveram uma agência em relação à transmissão de cultura e de reconhecimento, percebemos que questões relativas a estas ultrapassam as dimensões domésticas da Casa Grande. Um marcador importante para a vivência de alunas negras, que tem relação com o desemprego vivenciado pela família nuclear em 50 por cento dos casos, seja da mãe ou do pai, ou dos dois (quando pessoas negras), como observado nos dados acima. O que ocasiona muitas vezes o ingresso tardio no sistema escolar, como também a entrada precoce no mercado de trabalho, esses mecanismos de controle social são descritos por Florestan Fernandes (1965) e Lélia Gonzalez (2020). Para além disso, a violência simbólica que atinge às mesmas acerca das questões estéticas são questões importantes para a produção de autoestima. Por isso, o Ensino de Sociologia além de se utilizar de diversas metodologias e recursos didáticos, como a inserção de filmes, de músicas, de literatura, e discussão teórica própria para essas questões – tendo em vista o longo aparato conceitual –, mostra-se sensível ao debate e análise de dados, além de capitanear a discussão das questões que envolvem a questão racial no Brasil (Bodart, 2020).

## **Considerações Finais**

A importância do conceito de interseccionalidade neste artigo advém da observação dos dados que dizem respeito a vida das mulheres negras. Para além de perceber que este conceito traz a luz desafios que estão invisíveis, também desvela a importância da Sociologia como disciplina central para a reflexão destes temas. A partir de então, observa-se que experiência das mulheres negras, para além da sala de aula, quando observamos as imagens de controle<sup>2</sup> e suas

---

<sup>2</sup> Abordagem que afirma que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características mutuamente construtivas de organização social que moldam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são formadas por elas” (Collins, 2019 p. 460).

reproduções, fazem com que estas mulheres estejam eternamente alocadas em lugares de subserviência.

Essa invisibilidade a qual as mulheres negras vivem suas experiências é marcante quando observamos o campo educacional e percebemos poucas ou raras mulheres negras neste espaço. Neste aspecto, percebemos que estudar mulheres negras, ler seus escritos, valorizar as alunas negras é ir além do epistemicídio verificado nos ambientes escolares, mas combater o racismo estrutural e demais consequências do racismo em nossa sociedade.

Como ensina Anthony Giddens, a estrutura “é viabilizadora, não apenas restritora”, o que torna possível que as ações repetidas de muitos indivíduos transformem as estruturas sociais. Ou seja, pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (Almeida, 2019. p.34)

Assim estudar a interseccionalidade é desconstruir produção de posições de dominação que se atualizam constantemente e constroem o imaginário acerca das relações raciais no Brasil, dentro do qual as mulheres negras são subalternizadas (Collins, 2019).

## Bibliografia

AKOTIRENE, Karla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Polém, 2019. 152 p.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural* / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli. Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.

BAROSSO, Luana. (Po)éticas da escrevivência. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 51, p. 22-40, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/6BGQKVnCPZFQS4TF4PYc74H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2023.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, 1976.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: experiência vivida*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970a.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4. ed. São Paulo: Difusora Europeia do Livro, 1970b.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. *Decolonialidade e perspectiva negra*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 01, p. 15-24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso em: 28 set. 2023.

BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BODART, Cristiano das Neves (Org.). *A importância do ensino de Ciências Humanas: Sociologia, Filosofia, História e Geografia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020.

BODART, Cristiano das Neves; PIRES, Welkson. *O ensino de Sociologia no contexto de ascensão da extrema direita no Brasil*. *Latitude*, v. 17, n. 2, 2023.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRUNETTA, Antônio Alberto; BODART, Cristiano das Neves; CIGALES, Marcelo Pinheiro. *Dicionário do ensino de Sociologia*. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2020b.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 2005a. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832>. Acesso em: 28 set. 2023.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *Do epistemicídio*. In: CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. São Paulo, EDUSP, 2005b, p. 96-124.

CIGALES, Marcelo P. *A sociologia católica no Brasil (1920-1940): análise dos manuais escolares*. 313f. Tese, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Intersectionality*. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2016. v. 1

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

DIEESE. Especial 20 de novembro - Dia da Consciência Negra. *As Dificuldades da População Negra no Mercado de Trabalho*: São Paulo. Nov. de 2023. Disponível em <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html> Acesso em: 17/11/2023.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 248 p.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1993.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. *Comunicação e recepção*. São Paulo: Hacker Editores, 2005

EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365>. Acesso em: 28 set. 2023.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1975.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 16. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376 p.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.
- HALL, Stuart. The Spetacle of the Other. In: HALL, Stuart. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 2003. p. 223-290.
- HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HOOKS, Bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Tradução de Bhuvi Libânio. 2. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.
- HOOKS, Bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. Tradução Bhuvi Líbanio. São Paulo: Elefante, 2020.
- HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 03, n. 02, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 29 set. 2023.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RODRIGUES, Ferreira. Racismo Cordial. In: TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo (org.). *Racismo cordial: a mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1995. p.11-56.
- RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.
- SEYFERTH, Giralda. *O Beneplácito da Desigualdade: breve digressão sobre racismo*. Racismo no Brasil. São Paulo: Petrópolis, 2002.
- SHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- VIANNA, J. Oliveira. *Raça e assimilação*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- WEBER, Max. *A ética econômica das religiões mundiais: confucionismo e taoísmo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.
- WIEVIORKA, M. *O racismo. Uma introdução*. Lisboa: Fenda Social, 2007.

**Recebido em:** 20 de novembro de 2023

**Aceito em:** 24 de fev. 2024